

Parte V - Violência, suspeição e subjetividades

Ensaio para uma genealogia da suspeição nacional: capoeiras, malandros e bandidos

Ana Paula Jesus de Melo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MELO, APJ. Ensaio para uma genealogia da suspeição nacional: capoeiras, malandros e bandidos. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 202-235. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ENSAIO PARA UMA GENEALOGIA DA SUSPEIÇÃO NACIONAL: CAPOEIRAS, MALANDROS E BANDIDOS

Ana Paula Jesus de Melo *

*O genealogista necessita da história para
conjurar a quimera da origem.*

Michel Foucault

O presente trabalho pretende-se um brevíssimo intróito sobre a construção das intolerâncias sociais e, para tanto, busca relacionar três figuras históricas que, apesar de possuírem gêneses distintas, parecem ter partilhado, no cenário cultural brasileiro, por longo tempo, pesados estigmas de antissociabilidade¹ associados à pobreza e à negritude. As redes de suspeição, hoje ainda atuantes, que se viabilizaram através desses personagens sociais insistem em promover uma linearidade entre negritude, pobreza, periculosidade e marginalidade; ou, de forma mais direta, miséria e criminalidade².

Suspeitemos, porém, das explicações tranquilizadoras que, em suas atribuições *a posteriori* de causalidade, em sua busca reducionista por uma origem última para aquilo que recortam como o fato social, reintroduzem, sorratamente, as hierarquias planificadoras do positivismo científico ou as degenerescentes teorias das raças e das carências sociais (ou

* Psicóloga clínica.

¹ As redes sociais que delimitam os parâmetros para o juízo de antissociabilidade, nos três casos, incluem uma aliança entre a política de um Estado Monárquico Absolutista em transição para um Estado Republicano igualmente centralizador —e, em muitos sentidos, ditatorialmente mais eficaz— e alguns novíssimos, à época, saberes científicos: antropologia criminal, psicanálise, psiquiatria, frenologia, sociologia (predominantemente marcada pelo modelo do darwinismo social) *etc.* A este respeito, consultar, por exemplo: Correia, 1982; Schwarcz, 1993; Carvalho, 1987; Chalhoub, 1996.

² Um conceito assaz interessante, como ferramenta, para perscrutar as forças de instauração e manutenção do chamado mundo da criminalidade é o de *cifra negra*. Sobre isto, ver Thompson, 1983.

psicológicas). Produzindo uma hegemoneizante platonização do social, tais explicações nos fazem desconhecer, ativamente, os jogos políticos instauradores do domínio científico e transformam contingenciais arbitrariedades, comezinhas e regionais, em verdades universais.

Por isto, esclarecemos que não nos propomos a revelar A Verdade sobre capoeiras, malandros ou bandidos, mas rastrear alguns de seus lugares e deslocamentos no imaginário de nossas experiências. Em acordo com Castoriadis (1982: 176), supomos que “a história é impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criadora, fora do que chamamos imaginário radical tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolivelmente no fazer história”.

Por volta de 1530 se inicia a escravidão negra no Brasil. Os trinta anos anteriores à entrada dos africanos nesta, então, colônia portuguesa, haviam sido marcados por conflitos envolvendo Tamoios, Xavantes, Bororos, Paresis, Kayapós, Kaingangs, Tapuias, Caetés, Potiguaras, Tupiniquins, Aimorés, Tupinambás, Guiakurus³..., jesuítas e colonos. Todavia, a sanha catequizadora da Companhia de Jesus houvera, após os primeiros contatos mais amenos, dotado de alma os denominados gentios e os requisitara como seus pessoais servos na construção e manutenção das missões. Tal *apadrinhamento*, paradoxalmente, não impedia que o índio fosse “depois do pau-brasil. a principal mercadoria de exportação para a metrópole” (RIBEIRO, 1995: 42), nem que os negros, desde 1441 levados como escravos para Portugal a partir das costas da África, permanecessem, aos olhos da Igreja, corpos sem humanidade —sem alma, sem Deus—, apesar do batismo forçado a que eram submetidos nos navios negreiros.

Em 1541 Nicolaus Cleynaerts observa a respeito de Lisboa: “Tudo ali pulula de escravos (...) negros e mouros cativos, (...) existem em Lisboa mais escravos e escravas dessa espécie do que portugueses livres” (*apud*

³ Estes, segundo Ribeiro (1995: 26), nômades possuidores de técnicas de adestramento de montaria, totalmente resistentes a quaisquer tentativas de catequização, domesticação ou dominação, agrediam o invasor e batiam em ligeira retirada, sendo amplamente temidos tanto pelas demais tribos quanto pelos colonizadores europeus.

ALENCAR, CAPRI e RIBEIRO, 1979: 10). E Portugal precisa se expandir em novos mercados para que essa mercadoria de *importação–exportação* lhe permita acumular mais terras, ouro, riquezas:

De fato, o tráfico negreiro (...) tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando (...) vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando (...) a reprodução do estoque de cativos na colônia (KOVARICK, 1994: 22).

Assim, organiza-se a produção e, conseqüentemente, o trabalho nas colônias de exploração⁴ inerentemente subordinados à expansão das *trocas* na Metrópole, e exige-se do futuro colono com pretensões a *privilégios*⁵ fiduciários, além das cartas de sesmaria, que seja proprietário de escravos.

Ficcionando gêneses para a capoeira: da revolta à captura

É preciso desviar-se de ‘a’ política para distinguir uma forma rara, um bibelô político de época (...), uma certa prática, muito bem datada, que o objetivou sob um aspecto datado como ela (...).

Paul Veyne

Hoje associamos capoeira a corpos belos, ágeis, sensuais, multicoloridos e a ações comunitárias, dança, música, academias, fundações (como por exemplo a internacional Capoeira Foundation, com sede em Nova York) e vemos emergir disputas de mercado entre os produtos capoeira de Angola e Abadá-capoeira, produtos de alta rentabilidade num mercado em expansão e com apoio midiático.

⁴ As colônias de povoamento da Nova Inglaterra, por exemplo, apresentaram outra organização econômico-social com relação à metrópole. Criaram um mercado de consumo interno e estruturaram-no segundo suas disponibilidades e possibilidades autonomizantes.

⁵ Privilégio não é um termo irônico, deriva do vocabulário público feudal e compreende um mecanismo organizativo do poder real, pois, através de concessões fiduciárias de terras, o soberano busca cooptar a lealdade de seus vassalos e distribuí-la por solos conquistados, ampliando e mantendo seus próprios domínios sem a necessidade de um exército profissional regular. O súdito detém, então, a posse da terra e o direito de explorá-la; o rei permanece, contudo, com a propriedade. A concessão real do *privilégio* —dispositivo nobiliário— incorpora o súdito, automaticamente, ao funcionalismo estatal.

A capoeira é nossa! —clama o *liberto espírito nacional*. A difusão de uma origem romantizada como *resistência* faz remontar os festivos exercícios do presente aos sórdidos porões dos navios negreiros, onde cânticos provenientes de Angola ressoam como *banzo* a incompreensão, a esperança... a fúria. Unidos por um afã de vida, *conspiram* os corpos diversos que os olhos do *demônio de além-mar* fizera igualar na negritude da pele: iorubas, jejes, hauçás, minas e malês. Aguilhoados pássaros no cativeiro lúgubre, os sequestrados ferem a desesperança com os movimentos de uma dança de liberdade, suposta matriz da capoeira.

Apesar das dificuldades idiomáticas, estrategicamente consideradas pelos captosres, os abençoados servos de Allah e os amados filhos dos Orixás se reconhecem homens, e à prece de liberdade amalgamam-se as forças do fogo, água, ar, terra, caça, guerra, lealdade, caos, harmonia, vida... morte. É uma inscrição, mas não é ainda um ato para a destruição da iniquidade. A convivência dos que sobrevivem⁶ a este “sonho dantesco”⁷ fortalece uma virtualidade de guerra que se fará presente em quilombos e mocambos, balaiada, sabinada, revolta praieira... e inúmeros outros movimentos de revolucionária solidariedade.

Nas senzalas e campos, na brutalidade cotidiana, nas sevícias e maus-tratos, na discriminação acima de quaisquer parâmetros então concebíveis, os escravizados procuram criar suas *linhas de fuga*. De início, desorganizadamente, fogem e se ocultam em matos e tocas, qual animais acuados. Em resposta a essa tentativa de recuperar a humanidade roubada, o Estado Colonial brasileiro faz emergir o capitão-do-mato, algoz implacável a serviço da sujeição.

Às fugas propriamente ditas juntam-se gradativamente outras formas de resgate-de-si: suicídio, aborto, assassinato de feitores, capitães-do-mato e proprietários. Em contrapartida, outro movimento, ainda que inesperado,

⁶ Quarenta por cento dos negros malungos (aprisionados e transportados) faleciam durante a viagem nos navios negreiros, amplamente conhecidos como tumbeiros.

⁷ Conhecida metáfora criada por Castro Alves, em “Navio negreiro”, para dar vida ao horror abolicionista à escravidão.

está ocorrendo no cenário nacional: unem-se, aos fugitivos negros, brancos desertores das forças armadas, foragidos da justiça, mulatos libertos e índios resistentes à catequização jesuítica.

Esses insólitos agrupamentos, conhecidos como quilombos e mocambos, além de promoverem resistência defensiva ante as forças escravocratas, preencherem de esperanças os corpos e mentes ainda cativos, oferecerem uma saída comunitária à sobrevivência neste estranho mundo construído pela europeização da vida, ainda libertavam, através do *rapto*, outros escravos. Pelas regras do quilombo, aquele que lá fosse dar por vontade própria era, de imediato, um homem livre. Aquele que o fosse mediante *captura* só provaria ter direito à liberdade após auxiliado a outrem a escapar das garras da escravização do corpo pela ganância. Lembremos que, apesar de haver líderes nos quilombos, estes permaneciam comunitários, operando horizontalidades em suas trocas cotidianas.

Subsumindo a multiplicidade de tais eventos, uma novíssima tradição faz desaparecer o índio, o branco, o mestiço, isola o preto na solidão abissal de nossos próprios preconceitos raciais, e recria a capoeira numa idealizada africanidade, exclusivamente negra. Tática de resistência nascida, a partir de tribais folguedos angolanos, em quilombos brasileiros curiosamente saneados da dispersão étnica, a capoeira encontra, enfim, as suas *altas raíces* (FOUCAULT, 1979) no sangue de Zumbi.

Outra também novíssima tradição, mais politicamente correta, reclama ainda o quilombo à capoeira. Derivada do encontro entre negros bantos, malês, sudaneses, mestiços, brancos não proprietários⁸ ou foragidos e povos de tradição Tupi, a capoeira primariamente surge, então, como uma

⁸ “Montado o regime de trabalho escravo, *este* só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores (...) Desta forma, para crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino (...) Em suma, a população livre era extremamente móvel, deslocando-se constantemente e prestando serviços ocasionais à grande propriedade (...) este vasto e crescente contingente de pobres (...) alijado do sistema produtivo (...) [era] encarado pelos grandes potentados como vadios e, portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinar e regular” (KOWARICK, 1994: 28–30).

luta, uma forma específica de oposição ao domínio civilizatório do Estado escravocrata europeu. Sintetizando a organização dos quilombos e mocambos, o vernáculo *kapu'eira*, de origem Tupi⁹, designa um terreno que teve sua mata queimada para que, do trabalho humano, emerja um novo produto de cultivo. Os capoeiras seriam, assim, o fogo dançante sobre a terra dominada que, vindo para destruir o colonizador, permitiria, após a devassa, o cultivo de um outro mundo, o qual a organização da quilombagem pressagia.

Analisemos, ainda que brevemente, o plano de consistência destas não menos *altas raízes*. Claro está que nem todos os homens livres, apesar das condições de expropriação social e moral a que se encontravam submetidos, aproximaram-se ou apoiaram os movimentos de libertação antiescravagistas. Uma das inúmeras possibilidades para que se explique tal acontecimento reporta-nos ao campo de dizibilidade–visibilidade que as redes de sociabilização instauravam, à época, como verdade. Uma parcela nômade e vadia da população pobre era menos vadia que outra ao prestar serviços à grande propriedade. Desta forma, além das profissões possíveis —tropeiro, mascate, carreiro e vendeiro—, todas indubitavelmente masculinas¹⁰, outras formas de cooptação desses *corpos livres* eram oferecidas pela grande propriedade (apoiada pelo Estado e o clero): posseiros ou sitiantes —sempre à mercê da vontade do senhor que os expulsava das terras, sem indenização,

⁹ O tupi, popularizado pelos jesuítas, era falado correntemente no cotidiano nacional até o século XVIII, mesmo entre os portugueses. O brado de Independência do Brasil favoreceu, inclusive, a tupinização de patrimônios portugueses: Galvão tornou-se Carapeba, em Pernambuco; Brandão, na Bahia, virou Jequitinhonha (ALENCASTRO, 1997: 53). Ao séc. XIX, com o movimento romântico, o Tupi chegou a ser proposto como língua oficial do Brasil (SKIDMORE, 1976).

¹⁰ Optamos por excluir de nossa análise o universo feminino devido tanto ao imaginário masculino que recobre e fundamenta os objetos sobre os quais ora nos debruçamos quanto ao desconhecimento de uma bibliografia própria à mulher pobre e trabalhadora no Brasil colônia e Império. Aparentemente, até o surgimento de uma classe operária nacional, já na República, à mulher pobre destinavam-se tão somente os serviços de ocasião. Na época da escravidão negra, a mulher livre ficava à deriva do mercado produtor, não podendo inscrever-se nele sequer como nutriz (papel já realizado, com êxito econômico, pelas amas de leite escravas), restando-lhe a submissão à família (pai ou marido) e a prostituição.

quando assim o julgava necessário—, capangas, cabos eleitorais e eleitores¹¹, milícia particular, feitores e capitães-do-mato.

É interessante ressaltar que, durante o longo processo oficial de escravidão ocorrido em solo brasileiro (1530–1888), negros alforriados¹² e mestiços pobres compartilharam com brancos não proprietários o mesmo destino de vassalagem junto à grande propriedade; não raro exercendo os mesmos lugares sociais dentro do universo da miserabilidade.

Na verdade, pergunto-me se algo nesta disposição sofreu modificações tanto com a Lei Áurea quanto com a República. Ainda hoje, índios, negros, mestiços e brancos miseráveis partilham, no cotidiano, o mesmo universo de impossibilidades e, muitas vezes, sobrevivem por meio de estratégias consideradas tradicionalmente *negras*: favelas, pequenos furtos, prostituição, mão de obra escrava nos campos e periferias das cidades, esmolas, biscates, *favores*... Será o preconceito quanto ao preto apenas uma tradição de pele (raça?), ou um político jogo estatal de docilização da miséria (branca ou negra)?

Observemos os cínicos argumentos usados na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1923, sobre a possível imigração de negros norte-americanos para o Brasil. Toma a palavra o deputado Oliveira Vianna e esclarece seu temor acerca desse possível evento:

(...) estes, que nos ameaçam vir da América, se acham modelados por uma civilização superior, falando uma língua própria e tendo um sentimento de altivez e agressividade, natural no meio em que vivem

¹¹ Deste vínculo de dependência forçada parece derivar a ainda atual prática do voto de cabresto. Os conhecidos *coronéis* do Antigo Regime eram fazendeiros cuja força distrital decorria, basicamente, da ativa omissão do poder público quanto aos desmandos nas áreas rurais. Ampliando seus domínios para além das cercas fundiárias, substituíam o rei nas decisões públicas do cotidiano.

¹² A alforria, comprada ou presenteada, era uma singular instituição legal. Bastava, para sua revogação, que o antigo senhor se dirigisse a um tribunal local e alegasse *ingratidão* por parte do alforriado. Imediatamente o agora *homem livre* volvía a ser propriedade privada de seu antigo dono, com direito a açoites, marcas de ferro em brasa, retirada da orelha e outras tantas formas de tortura que a bondade martirizante da Igreja incrustara nos piedosos corações católicos. Sobre isto ver Moura, 1993.

e que não possuíam Os africanos que para cá vieram, em outros tempos da costa da África. Esses pela inferioridade de sua civilização, fundiram-se com os brancos superiores; quem nos dirá que farão o mesmo os negros americanos? Mas se se conservarem ‘infusíveis’, neste caso teremos mais um perigo político a nos assombrar os destinos (*apud* RAMOS, 1996: 67).

O deputado Fidélis Reis radicaliza os temores do colega:

Quando então pensamos (...) na possibilidade próxima ou remota da imigração do preto americano para o Brasil é que chegamos a admitir a eventualidade da *perturbação da paz no continente* (...) O nosso preto africano, para aqui veio em condições muito diferentes, conosco pelejou os combates mais ásperos da formação da nacionalidade, trabalhou, sofreu e com sua dedicação ajudou-nos a criar o Brasil (...) O caso agora é absolutamente outro. E deve constituir para nós motivo de sérias apreensões, como um perigo iminente a pesar sobre nossos destinos (*idem, ibidem*; grifos da autora).

Não foram poucas as vozes tonitruantes que se levantaram para defender o negro brasileiro da *corrupção* proveniente do estrangeiro. Conforme Antônio Americano do Brasil:

Já não teríamos para a lavoura as gentes simples, que foram os primitivos africanos da escravatura, facilmente identificando-se com a terra. Os negros de hoje viriam dos Estados Unidos, de São Salvador, de Barbados (...) possuindo apurados vícios que não tiveram os antigos escravos (*apud* RAMOS, 1996: 78).

Segue idêntica linha argumentativa o não menos *ilustre* deputado Antônio Carlos Simões da Silva:

Mesmo em favor do elemento negro do Brasil não deve ser facilitada esta imigração, pois viriam imigrantes de religião diferente da dos negros do Brasil, que são católicos fervorosos, e sem o entusiasmo patriótico que o negro tem aqui, pelo Brasil (grifos da autora) (*apud* RAMOS, 1996: 79).

De que falam os representantes da *ordem continental*; a respeito de *raças* ou de *condições de existência*? Se optarmos por entender que o conceito de raça apenas *disfarça* dominações econômico-políticas, devemos ainda nos perguntar: são tão diversas as *condições* e as *existências*

para os miseráveis negros, índios, mestiços ou brancos? Não sei. Desconfio apenas que, em meio a uma estertorosa discursividade acerca das *raças*, produzimos um estranho silenciamento sobre a *miséria*, e que os brancos miseráveis não são assim tão *brancos* no Brasil.

Longe da decantada exclusão racial total, durante o Império, não obstante negros e mulatos estivessem legalmente proibidos de portar armas, vestir roupas *finas* e exercer cargos públicos ou eclesiásticos¹³ — proibições estas extensivas a brancos não proprietários e índios, suprimidas apenas em caso de pertencerem à milícia de algum senhor de engenho— o governador da Paraíba entre 1645 e 1654, João Fernandes Vieira, conhecido por liderar a expulsão dos holandeses, era mulato, proprietário e plantador de cana-de-açúcar; outro Vieira, também mulato, tornou-se o famoso jesuíta padre Antônio; outro Antônio, proeminente advogado em Sergipe, secretário do governo da província, além de pai do engenheiro e abolicionista André Rebouças, era mulato; o baiano, fundador da OAB e estadista do Império, diplomado em direito e filosofia pela Universidade de Coimbra, Francisco Gomes Brandão (1794–1870), conhecido como Visconde de Jequitinhonha, nobreza togada, era mulato; José do Patrocínio, mulato; Machado de Assis... (ALENCASTRO, 1997; SKIDMORE, 1998). Problemas de *cor*, ou de *herança*?

Não ousamos pensar no que pode ter ocorrido aos capoeiras dos quilombos. Conforme testemunho de época, em Palmares “os soldados (...) degolaram aos que puderam. Desvairados pela sede de sangue, não pensavam em fazer presos (...) avançavam cortando e matando tudo o que encontravam” (*apud* FREITAS, 1984: 163).

É lícito supor que, emergindo dos quilombos como estratégia de ataque e defesa, a capoeira fosse de uso exclusivo dos resistentes, sendo técnica só por eles conhecida. Por esta via, podemos ainda supor que, apesar da sanha destrutivamente assassina dos exércitos e milícias escravocratas, sobreviventes dos quilombos tenham vindo a tornar-se mestres da

¹³ Três elementos que caracterizam o circuito de privilégios na Corte e na colônia.

clandestinidade difundindo, em redutos ocultos ao poder real, a nova onda: a capoeira. Há, contudo, alguns *poréns* neste fascinante raciocínio.

A capoeira e o Rio

*No Maranhão falavam com tanto assombro dos
gatunos da corte! —os tais capoeiras!*

Aluisio Azevedo

O florescimento da capoeira —caso esta houvesse permanecido nas mãos de escravos fugitivos ou alforriados rurais— deveria dar-se próximo, no mínimo, às cidades dos grandes quilombos, como, por exemplo, as dos atuais estados de Alagoas, Pernambuco... A capoeira, no entanto, parece surgir, no cenário nacional, em pleno século XIX, como um fenômeno típico da cidade do Rio de Janeiro. O hiato entre quilombagem e capoeira, sob tal aspecto, parece insuperável.

Acrescentemos ainda outros estranhos fatores à nossa análise. Na Guarda Nacional Imperial¹⁴, durante o reinado de D. Pedro II, e antes da abolição oficial da escravidão, relata-se a presença de capoeiras brancos, mestiços e negros. Às vésperas da República calculava-se a existência de 20 mil capoeiras na capital. A existência de tantos capoeiras no Rio de Janeiro foi considerada pela República recém-empossada como nociva, e, no início do governo provisório republicano, os capoeiras foram perseguidos (sendo muitos deportados para Fernando de Noronha). Esta prática política de higienização do burgo através da expulsão, paradoxalmente, pode ter dispersado a capoeiragem pelo país (CARVALHO, 1987).

Por que a República teria uma relação tão pouco amistosa com a capoeiragem? Algumas pistas podem ser rastreadas. Ainda em 1888, José do Patrocínio arregimenta, entre os vadios —leia-se desempregados e pobres—,

¹⁴ Criada pelo padre Diogo Antonio Feijó, ministro da Justiça da Regência Trina Permanente (1831–1832), em agosto de 1831. Era uma milícia, no momento de sua criação, composta por fazendeiros e capangas armados, subordinada tão somente aos juízes de paz dos municípios.

capoeiras, aquela que será conhecida por Guarda Negra, muito usada para dispersar comícios republicanos.

A capoeiragem, vinculada aos monarquistas, atuava diretamente nos processos eleitorais da capital. Além de provocarem arruaça nos encontros da oposição, os capoeiras agiam como efficientíssimos cabos eleitorais — através principalmente do temor, muitas vezes recorrendo ao uso da navalha— e eleitores especialíssimos (volvendo inúmeras vezes às umas para *re-votar*, numa mesma eleição, um mesmo candidato). Utilizavam ainda outras técnicas mais *modernas* para desequilibrar a competição entre os Partidos: esvaziamento ou sumiço de umas, introdução de umas já repletas no pleito, ressurreição de *almas mortas*...¹⁵ Em suma, não eram apenas cabos eleitorais, constituíam toda uma milícia eleitoreira que, efetivamente, elegia os representantes do povo na capital.

Com a República, o emergente movimento operário da capital — marcado por jacobinos, socialistas e anarquistas— também via utilidade nos capoeiras, contratando-os para insuflar greves e fazer valer as reivindicações da classe operária contra a exploração capitalista. Os acordos com a capoeiragem se sustentavam nos obstáculos, quase intransponíveis, que a *carência formativa* dos operários brasileiros colocava à organização do trabalho *livre*; pois, segundo a expectativa daqueles que se outorgavam o papel de *vanguarda*, o *bestificado* operariado nacional, conquanto sumamente explorado, precisava ser *duramente incentivado*, a qualquer preço, para não permanecer alheio ao *seu* poder, necessidades e direitos.

Por outro lado, a polícia também utilizava os capoeiras como alcaguetes e provocadores de distúrbios nos encontros operários. Parece que da rebeldia passamos à captura. Mas ainda não é tão simples. “Diferentemente do que se pensa (...) entre os capoeiras havia muitos brancos e (...) estrangeiros. Em abril de 1890 (...) foram presas 28 pessoas sob a acusação de capoeiragem. Destas apenas cinco eram pretas. Havia dez

¹⁵ Trabalhadores rurais já falecidos que, mesmo de além-túmulo, continuavam a votar no partido dos patrões.

homens brancos, (...) sete estrangeiros, inclusive um chileno e um francês. Era comum aparecerem portugueses¹⁶ e italianos entre os presos por capoeiragem. E não só brancos pobres se envolviam. A fina flor da elite da época também o fazia” (CARVALHO, 1987: 155–156). O próprio Barão do Rio Branco o havia sido em sua juventude!

Não é à toa que a República, com seus ideais de *belle époque*, tivesse com o capoeira uma relação altamente ambígua. A capoeiragem misturava, incorporava, dirimia as diferenças entre os adeptos obstando a aceitação incontestada de uma hierarquia cultural e racial que se necessita desvincular do primado sanguíneo. A estratificação do mundo entre nobreza e plebe, promotora de indiferenciações quanto ao segundo termo, tornara-se *excêntrica* e, cada vez mais, devia dar lugar a outra —menos rígida e mais facilmente manipulável por acordos extrafamiliaristas—, na qual diplomas emoldurando *educadas* maneiras equivalham a escudos e brasões. Radicalizar a separação entre a rica plebe e a pobre, para melhor incluir a primeira no circuito nobiliário de uma governabilidade que prescindia do *sangue*, gerar *afina flor* da sociedade em protetoras *estufas*, desenvolver *la distinction* nas *civiltudes* da riqueza cidadina são, todos, processos interligados que exigem a domesticidade intimizante de hierarquizados e, portanto, infusíveis corpos.

Força de trabalho livre e mercenária, primariamente ligada à monarquia, o capoeira pobre, mestre no manejo da navalha, andava em

¹⁶ A relação do II Império e da República com os imigrantes portugueses incluía extrema torpeza. Propunha-se aos imigrados, através da burocracia alfandegária, que rejeitassem sua cidadania de origem e se tornassem brasileiros no prazo máximo de seis meses; caso contrário, seriam ilegais no país e, portanto, passíveis de deportação. Aceitando, de imediato, a condição para a permanência no país, não lhes seria difícil a introdução no quadro de funcionalismo do Estado. Esta história é recontada um sem-número de vezes por portugueses que aceitaram e por portugueses que não o fizeram. Os que aceitaram, iludidos, a *oficiosa* oferta de apadrinhamento tornaram-se de pronto brasileiros. Em recompensa, foram presos e embarcados como marinheiros *voluntários* da nação. Os que se recusaram, foram posteriormente presos como ilegais e, ao invés de devolvidos à santa terrinha, tornaram-se marinheiros compulsórios da esquadra brasileira. Os castigos na esquadra para a insubordinação eram de dar orgulho a qualquer feitor de escravos. Recomendo a leitura de Caminha, 1997.

grupos, identificava-se pelo uso de fitas amarelas e vermelhas nos braços, morava, em geral, em cabeças-de-porco (cortiços), servia aos homens de Estado, à polícia, ao jogo do bicho, aos dirigentes operários... e não servia para ninguém. Era, mediante a perspectiva republicana, um mero dejetos social.

A capoeira, no entanto, ganha cada vez mais os salões e praças, se acalma, se pacífica; na República, abandona a navalha, a bandalha e envelhece. Hoje é ensinada para crianças ricas e pobres, meninos e meninas, homens e mulheres, contando-se, saudosamente, a história de uma origem guerreira que embala a anêmica revolta de nossa atualidade. Estranho, não? Mais estranho se pensarmos que, na África, não se encontram, até onde sei, quaisquer atividades similares à capoeira.

Buscando justificar a origem angolana, pesquisadores associam a capoeira a um ritual africano de iniciação dos jovens para o acasalamento. Chama-se a este *n'golo* ou dança da zebra. Trata-se de uma exibição de agilidade, um folguedo, onde rapazes jovens demonstram às amadas os seus atributos viris e sensoriais. Às jovens damas cabe, então, selecionar o pretendente.

Difícil é crer que esta tradição tenha se desenvolvido, tão distanciada de si mesma, em capoeira no Brasil —mesmo considerando, ou inclusive por considerar, a existência de outros dois jogos de ataque e defesa similares à capoeira, o mani e o ladja, existentes respectivamente em Cuba e Martinica. O elemento negro ligados a estes jogos é óbvio; o não óbvio é a combinatória que permitiu a criação autopoietica de tais práticas sociais nesses três países e não em outros: campo, cidade?; porto, interior?; índios, ibéricos?; escravidão, liberdade?; segregação, misturas?; repressão ditatorial, omissão do poder monárquico?... Estas questões, para fora das origens, nos permitem ficcionar novos encontros ou nos aprisionar em arraigados preconceitos sobre a natureza das raças e culturas e a força meramente reativa dos homens. Com qual *ficção* ficaremos?

No rastro do malandro...

O passado é uma zona violentamente disputada.

Jean Chesneaux

Por malandro, na atualidade, compreendemos basicamente três coisas: a) um *elemento* socialmente improdutivo, perigosamente sem as marcas, os *caracteres*, do trabalho —um marginal, no sentido da produção¹⁷; b) um *indivíduo* marcado por uma peculiar inteligência —*esperteza*— e uma disponibilidade natural para empregá-la —*perversidade*— em proveito de seus objetivos, independentemente do mal, para outrem, que sua *conduta-para-o-sucesso* possa vir a promover; c) um sujeito misto entre o primeiro e o segundo, pois, apesar de não trabalhar —como o primeiro— e de ter o *dom* da esperteza —como o segundo—, é leal aos companheiros e segue algum código de honra mapeável pelos que o rodeiam.

Popularmente todos são identificados como *aqueles que querem levar vantagem em tudo ou aqueles que procuram sempre se dar bem*. A diferença entre os dois primeiros tipos e o terceiro encerra-se em sua psicologia, ou, talvez melhor dizendo, na gênese de seu registro social. Para *a* e *b* nada importa; querem *levar vantagem em tudo de qualquer jeito*. O tipo *c*, apesar de contar com uma moral bastante fluídica, permanece um *cavalheiro*. Em geral, *é boa-praça*, sedutor e para enriquecer precisa ganhar na loteria. Em muitos aspectos, *é a alegria da festa, o menino da vila, a... alma das ruas*.

Consequentemente, a figura do malandro encontra-se, hoje, submetida a um triplo registro imagético. De um lado, temos a equivalência moral entre vadiagem e ausência de caráter, própria dos registros da produção de capital do início do nosso século; de outro, incide sobre o personagem uma *periculosidade* ainda maior do que a anterior, posto capaz de ocultar seus

¹⁷ Nestas duas primeiras categorias, embora a contragosto das elites, são comumente classificados, pela maioria da população brasileira, os políticos, banqueiros, empresários... Em suma, os que ao se afastarem da produção do trabalho, enriquecem às custas da exploração da miséria e do trabalho alheios.

objetivos, permanecendo alheio à culpabilização da normatividade social, através de uma espécie de *habilidade mental* que supera a inteligência média do homem; e, por último, vemo-nos frente a uma mescla entre a inscrição identitária de características individuais fixadas na *natureza psíquica* e resguardadas *tradições* populares de solidariedades pré-capitalistas matizadas pelo surgimento da *infância* nas classes dominantes. Dentro destas, *estar malandro* ou, como ainda dizemos *desta vez o malandro fui eu*, era apenas uma forma, como tantas outras, de sobrevivência.

Observando as duas últimas definições, é lícito afirmar que, instrumentando (pré) conceitos *científicos*, a recente *tradição* brasileira tem investido de permanência a malandragem, dotando o malandro de uma existência a-histórica que o consolida como *natureza*. Ou seja, o malandro atual é, devido a seus atributos psicológicos, 24h por dia malandro. Sua peculiar *inteligência* se traduz numa *perspicácia* que poderíamos chamar *instintual* e se faz acompanhar de uma *dubiedade litoral* bastante similar à *amoralidade* da psicopatia. Assim caracterizado, o malandro de nossa contemporaneidade assume, dentro de uma perspectiva radicalmente historicizante, o caráter de um “bibelô raro” pertencente aos saberes marcados pela psicologização da vida. Um “bibelô” que é dever do presente roubar àqueles que se consideram os seus legítimos donos.

Desejo frisar que desconfo dessa *esperteza* e dessa curiosa *capacidade de flexibilização moral* (como se ambas pudessem ser características individuais, inatas ou adquiridas!); antes as compreendo produtos, entre tantos outros, do imaginário social¹⁸ capitalista, derivações da moral moderna —valorização do *homem-indivíduo*, população alçada à riqueza das nações através da exploração do trabalho assalariado, disciplinarização dos corpos mediante o esquadramento controlado do tempo e do espaço, dos fazeres e dizeres (FOUCAULT, 1976; 1984; 1993)—, que se materializam em individualidades normalizadas ou estigmatizadas (GOFFMAN, 1995). Neste sentido, perdemos a literata *malandrice* e ganhamos uma categoria de

¹⁸ Tomo aqui, de empréstimo, o conceito de imaginário social de Castoriadis.

acusação, *malandragem*, sobrecodificada como *disposição* para o ócio, a mentira e o crime, *aptidão* para objetivar o *sucesso* pervertendo a normalidade das regras *contratuais*, *vocação* para seduzir e enganar.

Todavia, invadido pela *intimidade* e encontrando-se associado a métodos de persuasão e ocultamento da verdade, o malandro do presente deve abstrair a violência direta ou o uso coercitivo da força para a obtenção de seus objetivos. Em caso contrário, transpõe a sutil fronteira que o separa da figura do *bandido* (Lembremo-nos que nem todo criminoso é bandido). Consequentemente, a *malandragem* sintetiza um modo específico de ilusionismo citadino, o convincente falseamento da verdade; podem ser malandros desde os homens que traem suas mulheres, *sem que estas o percebam*, até aqueles que enganam, com promessas eleitoreiras, toda a população de uma cidade ou país. Como nos assegura a música popular brasileira: “agora já não é normal/ o que dá de malandro regular, profissional/ malandro com retrato na coluna social/ que nunca se dá mal”.

Por esta *re-apresentação*, o malandro —personagem cuja gênese a história recente havia vinculado ao âmbito da política econômica e das redes do trabalho e do capital— tornou-se, na atualidade, *categoria de acusação* e objeto *do desejo*, um figurante do teatro psicologizado das ciências midiaticizadas da modernidade.

No momento, retornemos ao Rio *antigo* e sigamos a navalha, a ginga, a fita amarela, a formação grupai e as relações entre contravenção e repressão. Haverá alguma relação entre a *queda* dos capoeiras e o surgimento do malandro na Lapa, nos anos 20?

O malandro: a alma das ruas...

*Os destinos sociais (...) são igualmente fatais
(...) porque encerram aqueles a quem
caracterizam dentro dos limites que lhes são
atribuídos e que eles são levados a reconhecer.*

Pierre Bourdieu

A autoritária difusão de uma meia verdade, *o trabalho dignifica o homem* —melhor seria: o trabalho *de outrem* dignifica o homem *que o explora*—, desloca os aspectos *divinos* da *natureza humana* para dentro da produção de coisas. Aos homens que não querem, ou não podem, se tornar dignos de serem explorados, castigos —mesmo que trabalhem, como os ambulantes e os camelôs. Pois, a questão não é meramente a propagação de uma *ética protestante* (WEBER, 1990), mas também garantir que o famoso *bolo* só seja igualmente *repartido* num futuro sempre distante.

A história, qualquer história, é sempre uma reinvenção porque as palavras reinventam os *fatos*. Na *nossa* história, nem sempre malandro foi *esperto...* ou *vadio*¹⁹, sequer adulto. Malandro, malandrice, malandragem... Perscrutando os usos literários do vernáculo malandro, no Brasil e em Portugal, percebemos insinuar-se uma distinção entre *malandrice* e *malandragem* que, gradativamente, fará fenecer a primeira.

Associada, pelo catolicismo reformado, à preguiça, à gula, à luxúria, à cobiça e à vaidade, a dócil *malandrice* —provavelmente derivada das recentes artes de mimar (ARIÈS, 1978)— negava-se a sucumbir sob o peso do pecado. Foi preciso uma verdadeira *revolução* para destroná-la dos corações *maternalizados* da alta burguesia.

Com a higienização e a eugenia, as *ideias novas*, a organização dos trabalhadores citadinos em associações, parece ter ocorrido no Brasil, como já o havia acontecido na França, Inglaterra, Alemanha, Itália *etc.*, o advento das *classes perigosas*. A partir desse momento, malandrice torna-se malandragem, vinculando *malandro* a vadio, vagabundo, capoeira, cáften, prostituta, bicheiro, ladrão, cigano, biscateiro, anarquista, desordeiro... todos, agora, obstaculizadores da cidadania. Cedendo aos demais elementos

¹⁹ Dentro de um universo apoiado sobre a valorização do trabalho, a vadiagem corresponde à falta de uma ocupação institucionalizada pelas normas da produção. Para a construção de uma normatividade indissociável entre homem e trabalho fez-se necessário criminalizar atividades e personagens sociais que, até a emergência da ordem cidadã, eram tolerados ou não problematizados. Sobre o processo de criminalização e policiamento das cidades em modernização, ver FOUCAULT, 1979; 1984; 1993.

da multiplicidade, ora indesejada, do povo²⁰ os atributos que lhe eram *tradicionais* —hedonismo, graciosidade, inconstância de objeto amoroso, humor lúdico (coisas de infância!)—, o malandro recebeu daqueles, em troca, a vinculação à marginalidade quanto ao trabalho, à periculosidade e ao crime. Antes de sua reinvenção, nada devendo ao trabalho ou à lei, embalava-se em cueiros de linho ou excitava a monotonia dos salões.

Na literatura, até quase fins do século XIX, o malandro —personagem *blasé* do *laissez-faire*..., antítese do herói guerreiro— participa ativamente das altas rodas de influência da sociedade, bem-nascido e bem-falante, instruído e simpático. Não raro, mordaz e irônico, porquanto *verdadeiramente* cínico, traduzia a rebeldia burguesa frente aos interditos do sangue —qual a criança que, curiosa, busca ampliar os horizontes para além dos domínios paternos.

Sem ser um personagem *das armas* ou da *melancolia*, sua malandrice era indisciplina e *mimo* —obra do recém-descoberto *amor materno!*—, e consubstanciava, através do zelo familiar, o adiamento da emancipação — não apenas, nem sobretudo, afetiva— dos filhos, agindo exatamente contra o amor romântico. Enredado por uma heterogerida *ingenuidade infantil*, meiga e alegre, o malandro desaparecia quando, finalmente, o filho adentrasse a vida adulta, herdando as *propriedades* do pai. Espécie de personagem intermediária entre o *infante protegido* e o *respeitável empresário* (gênese, quiçá, do adolescente), o malandro encontrava-se, portanto, fora das redes de dominação do corpo pelo trabalho e longe da pobreza.

Malandro, *maroto*, *brejeiro*... Ainda hoje, a conexão entre malandrice e infância compõe, sem que o percebamos, algumas de nossas cartografias imaginárias. Aprendemos, com nossas avós, que *este(a) menino(a) é um(a) malandro(a)*, numa alusão claramente amorosa aos modos da criança

²⁰ Era corrente a tristeza dos republicanos, monarquistas e esquerdistas acerca da ausência de povo no Brasil. Cada qual tinha em mente o povo que lhe convinha, e o que encontravam não se encaixava em seus conceitos apriorísticos.

conquistadora de simpatias. Aprendemos também a sentir que *não podemos, nem queremos, deixar de nos seduzir por seus inocentes encantos*.

De certa forma, até o momento de sua ruína, o malandro era tão-somente um *anjo da perdição*. Fagocitado pelas disciplinas da *monstruosidade humana*, apenas em fins do século XIX e inícios do XX, volve-se perdido, vadio, perigoso... ladrão não mais de corações, mas de outras riquezas bem mais consistentes. É a criminalização crescente das cidades, gerenciando a liberdade e a igualdades dos homens em fraternidades societárias, que traça para o malandro uma nova carreira e novos métodos de ação.

Empobrecido e associado à *vadiagem*, o antes *inocente* malandro circula agora por um submundo de botecos fétidos e imundas *tolerâncias*. A mulher que o pari não *é mãe*; falta-lhe nobreza aos modos, às vestes, ao berço, e aquilo que antes era sedução torna-se técnica de empulhamento e calhordice. Locupletar-se à sombra do operariado e às margens da produção passa a ser destino daquele que condensará, muito em breve, a anônima e *insensível* alma das ruas.

Ainda não é o cafetão, o ladrão (necessariamente), o perigo armado dos becos, mas uma figura mista que, por cautela, deve ser evitada e erradicada do convívio com as pessoas de *bens*; representa um perigo difuso e tem tempo de sobra para inventar quaisquer desordens. Gradativamente, a figura do malandro vai se amalgamando à do vadio —altamente desclassificada nestes tempos produtivos— e torna possível ocultar a ausência de empregos, ou de oportunidades iguais para todos, sob o manto da vadiagem —desorganizando, inclusive, a *caridade cristã* para com a mendicância, ambas práticas também visadas pela nova Ordem (FRAGA, 1995).

Em paralelo, através de dispositivos disciplinares que incluem desde a criação de vilas operárias no espaço físico das fábricas (1905) até a implantação coercitivo-policial do toque de recolher —teoricamente para reprimir a vadiagem—, molda-se, para o operário, a figura ideal do trabalhador (LOPES, 1987). E, neste drama burlesco, faltam moradias e empregos, a cidade incha de cortiços; os morros se ampliam de miséria

urbana; as redes informais de subsistência se recusam a morrer; a agitação cidadina cresce, qual um pesadelo, nos cochilos do progresso. O malandro *expert* da ginga, figura altamente moderna, emerge enfim neste cenário: “Quando eu morrer, não quero choro nem vela, quero uma fita amarela, gravada com o nome dela”.

Ah, a *fita amarela gravada com o nome dela!*... Conforme vimos, as relações entre capoeiras e Estado eram fortemente ambíguas: olhos e bocas, às vezes braços, da polícia; seguranças do *bicho*, do cáften, de políticos... necessários, temidos e odiados. A fita amarela e a vermelha sinalizavam grupos distintos, quiçá rivais.

Aparentemente, os *fita vermelha* ou fecharam um acordo com o adversário —o cravo no coração e a fita *amarela* no braço— ou foram extirpados da cidade, pois, no Rio, só voltei a encontrar registros de capoeiras com fitas vermelhas recentemente, nos últimos 20 anos, com a entrada, já midiaticizada, da capoeiragem baiana.

Por que retorno aos capoeiras? Porque o malandro de calça culote, paletó de linho branco, cravo vermelho na lapela, fita amarela no braço, o almofadinha da navalha e da ginga, personagem de contato entre ilegalismos, tolerado pela polícia e, não raro, informalmente apadrinhado por delegados é, sem dúvida, o *capoeira-cidadão*, higienizado, limpo, *medicalizado* —morte vestida de branco!—, respeitado pelo temor, reconhecido por uma esperteza que emana de suas dúbias relações com o poder. Ele é o *príncipe da contravenção*, sua sede é a Lapa; porém, está prestes a se tornar o *barão da ralé*.

No plano de uma visibilidade macropolítica, todavia, as contradições existentes entre Capital e Trabalho estão fazendo emergir, no cenário cultural brasileiro, a partir do movimento modernista, também em inícios da década de 20, uma revalorização das figuras do vadio (associada ao *fora* do universo do trabalho) e do malandro (revinculando-a aos prazeres mundanos), refundindo-as, neste mesmo ato, em uma malandragem tranquila (um *savoir vivre* tupiniquim ou caboclo). A obra *Macunaíma*, de

Mário de Andrade, ficciona um anti-herói, anti-higienista, antibelicista, pré-nacionalista, preguiçoso, glutão, voluntarioso, libidinoso, mestiço, livre... *brasileiro*.

Essa versão de malandro surrealista, contudo, a ser reutilizada, na década de 40, por Oscarito e Grande Otelo, nada tem a ver com o malandro citadino que opera nas ruas. Macunaíma é antes um herói da natureza, e os malandros da Atlântida, ainda que lhe devam a inspiração, pertencem aos salões do carnaval domesticado.

O rádio (1922) e o cinema falado (1929) permitem que os ideais de domesticidade do povo, construídos pelos sonhos de cidadania da república, sejam francamente difundidos. Apesar da indústria fonográfica, em solo nacional, ainda preferir popularizar as *jazz-bands*, em detrimento do choro e do samba, o reconhecimento internacional da música brasileira²¹ contextualiza a emergência de um *novo* Brasil.

A década de 30, ditadura e guerra, nos propagandeia a identidade nacional —tranquila, ordeira, sentimental, sensual, alegre e *esperta*— deste país que ora marcha, inexorável, para o *desenvolvimento*. Essa nos será retornada, a partir de Hollywood, em fins da mesma década, com a *notabilidade* de Cármen Miranda. O Brasil vende ao mundo, e do mundo compra, a sua face divertida e matreira, despreocupada e exótica. *Yes, nós temos bananas*.

O cinema nacional, por sua vez, aproveitando-se do filão aberto pelos musicais norte-americanos e pelo sucesso do rádio, ofertava, desde 1933 (filme: *A voz do carnaval*), películas leves com cantores *populares* protagonizando a alegria de um carnaval-baile, inocentemente pudico e, principalmente, abstraído de populacho. Fora das telas e em outro cenário, pululam anarquistas, socialistas, comunistas, integralistas, liberais... em meio a uma realidade febril de desempregos, epidemias, greves, escândalos,

²¹ Pixinguinha e seus Oito Batutas eram, então, fenomenal sucesso na Argentina, juntamente com o violinista Canhoto (SEVERIANO e HOMEM DE MELLO, 1997: 50).

rações, xenofobias e ditadura. Creio que, por fim, o surrealismo francês aporta em nossos corações!...

A organização do universo trabalhista mostra-se revoltantemente alijante. Diríamos que ainda estávamos *bestificados!* Tantas discursos sobre a identidade nacional, e o que se vive é ainda um Brasil *pra inglês ver!* Não nos esqueçamos que, para a construção desse Brasil moderno, as razões *sanitárias* empurraram a pobreza para fora dos novos cartões-postais da engenharia. A destruição dos cortiços, tradicional moradia dos pobres, no centro da cidade, obrigou a malandragem a subir os morros.

Alheias às sapientíssimas discussões a respeito de raças, culturas e religiões²², cercadas por inúmeros perigos²³, atravessadas pelos múltiplos racismos que as condenariam a não existir, as favelas proliferam e fazem emergir, em fins dos anos 20, as primeiras escolas de samba.

A ginga do samba —os movimentos abertos e ágeis dos passistas masculinos— parece coincidir com a *pacificação* da boemia promovida pela reorganização das redes de contravenção desarticuladas pelo *bota abaixo*, pelo loteamento da cidade em zonas, pela distância indesejada do asfalto, pela solidariedade, ainda que forçada, entre o cidadão *malandro* e o migrante rural familiarista. A favela parece dançar capoeira, mas uma capoeira modernista, uma *capoeira-samba/baile/cortejo*, que se apresenta como um partido que vem do alto. Coincidência? Talvez. No entanto, a emergência de um novo tipo de vigilância promovendo, na Era Vargas, uma centralização do poder de polícia nas mãos de especializados serviços de informação, instrumentando a *segurança nacional*, coincide com a emergência de uma desafiadora *malandragem* nas letras dos sambas.

²² Sobre a política de imigração na era Vargas e as decisões eugênicas para a construção da suprema raça brasileira, ver Carneiro, 1988.

²³ Alceu de Amoroso Lima, através da revista *A ordem*, protestava, incansavelmente, sobre o caos que se avizinhava do país, através das influências estrangeiras, podendo levá-lo à ruína. Precisávamos, enfim, ficar alertas para “os perigos do judaísmo, da maçonaria, do espiritismo, do comunismo, do protestantismo” (CARNEIRO, 1988: 111).

Desde 1933 até 1940, o amor e a ojeriza ao trabalho constituirão os temas obrigatórios dos sambas de sucesso fora do carnaval. O Brasil se rende ao *Brazil*, e neste, canta-se o fim da exploração. O Brasil não é a sua elite; é povo. E o povo brasileiro é de uma *malandragem mansa*.

Inúmeras canções das décadas de 30 e 40 fortalecem este ideal, agora romântico, de *malandrice* para a *malandragem*. E o povo as canta pelas ruas enquanto caminha para o trabalho ou vadia desempregado, se virando em biscates e arranjos.

Alguns sambas fizeram surpreendente sucesso: “Lenço no pescoço” (1933), de Wilson Batista; “Conversa de botequim” (1935), Noel Rosa; “Acertei no milhar” (1940), Wilson Batista e Geraldo Pereira; “Inimigo do batente” (1940), Wilson Batista e Germano Augusto. Tão surpreendente que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no início dos anos 40, achando excessiva a apologia da malandragem, *aconselhou* os compositores a adotarem temas de exaltação ao trabalho e condenação à boemia.

Inicia-se, então, uma perseguição musical ao malandro, tendenciosamente convertido em boêmio arrependido e ordeiro operário. É o caso de “O bonde de São Januário” (1940), no qual Wilson Batista, em parceria com Ataulfo Alves, desiste de acertar no milhar: “Quem trabalha é que tem razão/ eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde de São Januário/ leva mais um operário/ sou eu que vou trabalhar./ (...) a boemia não dá camisa a ninguém”.

Paralelamente, seguindo a inspiração do cinema norte-americano, em 1941 é fundada, no Rio de Janeiro, a Atlântida Empresa Cinematográfica do Brasil S.A. Vários de seus filmes imortalizam, com Oscarito e Grande Otelo, a *nossa* utopia *Tropical Brazil*: país sem contradições ou miséria —perfeita síntese hegeliana—; predominantemente branco, porém sem racismos; de dia, trabalhador; à noite, carnavalesco; elegante e educado. trajado diuturnamente com as últimas tendências estilísticas dos puritanismos de primeiro e segundo mundos; limpo, benfazejo e frequentador assíduo do Copacabana Palace. Nas ruas pouco povoadas do Rio de Janeiro, carros particulares trafegam

livremente apreciando a gentil paisagem e, conquanto avaro em transportes coletivos, o brasileiro desconhece a fila, o desconforto da superlotação ou, mesmo, se atrasa devido a problemas de trânsito. Tudo conflui, no país da grande tela, para uma alegria *civilizada*.

E o malandro, sumiu? Não, inclusive é figura de destaque neste ordeiro universo, pois, enquanto a capoeira se *nacionaliza*²⁴, o malandro se cobre de lama. Preto, nordestino ou matuto, apenas no baile de carnaval aparece vestido como os demais; ou seja, *fantasia-se* de povo brasileiro. Sua, agora patética, *esperteza* o ridiculariza; individualiza-o qual a caricatura do *atraso* —potencializada por um humor de *pâtisserie*. Assim como a sua antológica *valentia*, ricamente cultivada pela cultura policialesca das décadas anteriores, esconde tão-somente um covarde: “sossega leão, sossega leão”. É como se o Estado brasileiro dissesse à *pátria amada*, num plágio antecipado de *Perdidos no espaço*, *nada tema, com Vargas não há problema*.

Apesar de tantos esforços para construir a identidade nacional vinculada ao *trabalhismo*, em 1946 o samba “Trabalhar eu não”, de Anibal Alves de Almeida, ganhou a preferência popular, e seu estribilho —“trabalhar, eu não, eu não”— ressoava como um protesto contra *o patrão que fica rico enquanto o trabalhador pobre continua sem um tostão* (estrofes do samba). Usado, qual hino, numa greve no Porto, ainda em 46, o samba rendeu a seu autor —denunciado como comunista pelo, então, ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima— a ameaça de prisão. À época vários jornalistas entrevistaram e impediram, pela força da imprensa, que o pior se consumasse.

Tudo acabou bem, mas o recado da recém-empossada *democracia com Dutra* estava dado, e em nada diferia daquele que antes fora dado pela ditadura de Vargas: *apenas o trabalho conduzirá o Brasil ao progresso; inimigo do empresariado é inimigo do país*. O malandro, contudo, vai cedendo espaço a

²⁴ Incluída no Código Penal de 1890, a capoeira ganha um estatuto totalmente diverso com o Estado Novo. Em 1937 passa a integrar a identidade nacional, destacando-se como *modalidade esportiva tipicamente brasileira*.

outro personagem que se insurge não contra o *labor*, mas contra a *exploração*, entre os quentes blocos de uma guerra fria —cujos estilhaços nos irão atingir o peito mais duramente a partir de começos da década de 60.

Por ora, a Lapa está deserta; uma outra boemia, classe média, se instaura nos bares; o *bicho* se empresaria, gestando o próximo passo; o samba se empresaria... O malandro tá velho. Talvez como diz Chico, “não espalha, aposentou a navalha, tem mulher e filho e tralha e tal. Dizem as mais línguas que ele até trabalha, mora lá longe, chacoalha no trem da Central”. E o *malandro-capoeira* desaparece antes da década de 50.

Parasitando a pobreza... Rio by Disney

Ainda no plano midiático, não nos esqueçamos do hoje simpático Zé Carioca, que nos imortalizou em *malandros* e *manés*.

Segunda Grande Guerra. Das mesmas pranchetas que nos deram Patópolis, surge o Rio de Janeiro! Cidade mareada por diferenças econômicas e culturais drásticas, porém passíveis de resolução, dada a sua exuberância natural, se o *povo* não fosse... Zé Carioca.

De um lado, a favela, onde vivem Zé, Nestor e Pedrão. Zé, que à época lembra um tucano com pernas de ema, pode ser definido como um *Macunaíma* antipático, egoísta, trapalhão, preguiçoso, glutão, vadio *vocacional*, tagarela e pernóstico; de cartola e guarda-chuva —misto de embromador e burguês fidalgo mollièriano, com traços fisionômicos que guardam semelhança com caricaturas antisemitas então vinculadas na grande imprensa nacional²⁵—, busca ostentar uma falsa riqueza. *Nestor*,

²⁵ Esta caracterização, poucos anos depois, se modifica, fazendo surgir o simpático papagaio que ora conhecemos. A revista passou a ter boa circulação no país só após os traços exteriores de Zé terem sido remodelados. Os traços de personalidade, contudo, não foram substancialmente alterados, até muito recentemente. Há pouco mais de vinte anos, Zé Carioca começou a mostrar real afeição por seus amigos e por Rosinha, tornando-se menos egoísta e mais *romântico*. Em contrapartida, ganhou parentes de diferentes partes do país que, sendo trabalhadores, o olham com simpática resignação, como quem diz: “é vagabundo, mas é boa gente”! O que ocasionou esta mudança? Quiçá, a entrada do Brasil na guerra, junto com os Aliados, seja a responsável pela primeira metamorfose. Mas, por que o Zé,

simpático *mané* seduzido pelo *malandro*, apresenta-se como um pássaro negro, identificável ao urubu, malemolente e preguiçoso como o seu companheiro. Pouco inteligente e fascinado pelo narcisismo do outro (Ah, o problema das más companhias!), é leal àquele que só o mete em furadas. Vadio sem convicção, Nestor trabalha irregularmente em biscates. *Pedrão*, por sua vez, é um... —não sei!—, marrom, gordo, molenga, simplório, contudo honesto, criador de galinhas; seu maior prazer é comer e oferecer aos vizinhos a *famosa* feijoadá.

De outro lado, a riqueza e a opulência. A deslumbrante mansão —com direito a mordomo!— do pai de Rosinha, uma *rose face* deslumbrada, apaixonada por Zé Carioca, que nada fica a dever à triste enamorada de *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz. A grande tristeza do pai da jovem é essa *paixonite*. Em vão, Rosinha e o pai tentam reformar Zé. Ela para torná-lo figura aceitável pelo pai; ele, para fazer de Zé um papagaio digno de sua filha e de sua fortuna.

Na evolução do personagem, enquanto se desenrolam as tentativas de moldar em Zé o operário, mulatas lindas vagueiam languidamente pelas ruas, acompanhadas, de perto, por pássaros—homens alegres tocando pandeiro e de camisas listradas. Disney parece conhecer (e concordar com) a piada sobre Deus e o Brasil: *mas olha o povinho que eu vou pôr lá* (Detalhe: há muitos barracos pendurados na favela, mas apenas uma grande casa na alameda, do pai—trabalhador de Rosinha.).

Zé, conquanto agora sedutor e simpático, permanece um *explorador do afeto* e bolso *alheios*, vivendo do dinheiro *emprestado* —nunca devolve! —por Nestor, Pedrão e Rosinha. Sobrevive também de pequenas trapanças e, às vezes, do *ganho* que faz, ocultamente, nas frangas da minigranja do colega. Está dada a mensagem: cuidado, o malandro não é amigo de

entre 70 e 80, começa a ganhar família e a formar redes de solidariedade com *os novos personagens que entram em cena?* Em 80, os quadrinhos se *democratizam* e a diversidade de um Brasil que encontra a alegria maior no Rio se populariza. Zé até começa a procurar emprego, mas sua falta de aptidão para o trabalho o faz retornar, às vezes agora envergonhado, à velha rotina da vadiagem. São *novos tempos*.

ninguém! Mais ainda: todos devemos estar alertas contra este intruso do passado que teima em assombrar o presente, pois, por mais rico que seja o Brasil, nunca será nada nas mãos do *Zé-povinho*.

Além dessa já conhecida e repassada mensagem a que estava submetida, desde há muito, a população brasileira, havia outra, mais subliminar e eficaz: *todo malandro requer um otário*. E, no Brasil, nascia um otário a cada dia.

A década de 40 vira emergir o estelionatário e o punguista: ambos, mestres do ilusionismo. O primeiro, um *hipnotizador* que vende o Pão de Açúcar e o Corcovado a inúmeros incautos; o segundo, um mágico que, com maestria, esvazia bolsos e carteiras, faz sumir relógios e cordões à vista de seus incrédulos proprietários. Pertencem, a princípio, a uma contravenção individualizada, sem grupo; atuam, em geral, apenas com a sofisticação da linguagem cotidiana ou com a *arte*; agem rápido e subrepticiamente. Não se expõem; não rivalizam; não usam armas. Foram perseguidos, e suas técnicas ampliaram-se em novos golpismos.

Compelido à visibilidade, aossado por forças similares e antagonicas —agentes da ordem e tráfico— o punguista talvez tenha sucumbido à grupalização. Prática não discursiva, não contratual e não bélica, refratária à corrupção dos jogos políticos, ao funcionamento das redes bancárias, jurídicas ou midiáticas, e cuja formação remete ao universo mítico das vocações²⁶, o punguismo torna-se rarefeito, tendendo a desaparecer, a partir dos anos 70. Todavia, em seu lugar, uma outra prática, mais agressivamente visível, começa a tomar vulto nas ruas do Rio: o *beliscão* dos moleques de rua.

Em *outro universo*, o estelionatário de sucesso cresce à sombra do sistema financeiro; especializa-se em mídia e linguagem jurídica; escolariza-se; diploma-se; não raro faz carreira política, e sem sujar sequer

²⁶ O aspecto vocacional corresponde à base material, supostamente natural, necessária para que o *desprendimento de si* realizado pelo discípulo perante o mestre —ascese monástica— permita-lhe tanto aflorar o *talento* quanto apreender as técnicas de sua arte (modelo artesanal pré-industrial, constantemente reinvocado por artífices das Belas-Artes).

o colarinho, constrói *édens* fiscais, para os quais envia, com certa regularidade e em proveito próprio, parcelas significativas do patrimônio de terceiros. Frequenta os salões da alta burguesia, e tem crédito para veranejar na ilha de *Caras*. Seu primo pobre, o pequeno estelionatário, denunciado ao SPC por *cheques voadores* e outros trambiques, ainda caminha por aí tentando fazer a hora do golpe funcionar a seu favor. Oportunidades desiguais, personagens distintos: *direitos* para um, *cadeia* para o outro.

Enquanto *golpistas* vão assumindo os *espaços da malandragem*, a figura do malandro nacional sofre nova mutação. Como um amálgama entre os diversos *perigos* visualizados pelas correntes da degenerescência e a guerra fria, nasce *incriado* o malandro *do crime*: ladrão, assassino, temerário, que enfrenta a polícia, não leva desaforos para casa, iracundo e avarento, bêbado, promíscuo, jogador, desafiador, viril, agressivo e circunspecto, cafetão, bissexual, perverso; dono do discurso, dono do lugar, dono de corpos. Monstruosidade saída dos porões inquisitoriais das ditaduras, ele é o *magnata* da contravenção, o *administrador* do crime, o *empresário* da marginalidade, o *gerente* da subversão!

Por esta via, em nossa mais recente ditadura, malandro foi se aproximando de bandido, traficante, sequestrador... *crime organizado*. Mas isso é uma longa história. É contudo interessante notar que o ressentimento político contra o malandro veio sendo aplacado por outras forças de efetivação do social, inclusive durante a ditadura. Se, de um lado, forças sociais vinham desde as primeiras décadas do século XX associando periculosidade e malandragem; por outro, forças populares contra o acultramento unidimensionalizante —favorecidas, paradoxalmente, pelo *comunitarismo* forçado das favelas, a expansão desordenada das cidades, o comércio turístico, a valorização internacional da música feita por negros e mestiços, o imaginário romântico do cinema falado, dos *quadrinhos*...— recolocaram, ainda que carregado de *psiquismo*, o malandro na galeria dos personagens simpáticos do país.

Ao lermos os rotineiros *escândalos* públicos nos periódicos; irmos trabalhar e, findado o mês, depararmo-nos com as dívidas que se

produziram à nossa revelia; sermos obrigados a mendigar *direitos* e, não raro, lastimar a perda de outros, também legalmente estabelecidos... Bem, após tanto cotidiano, voltando os olhos para o poder que se investiu na figura do malandro desde o seu surgimento —em especial, nestes dias de medo difuso—, todos queremos ser, em algum momento, em algum lugar, ainda que secretamente, *malandros*. Pois, “Já falei p’ra você que malandro não vacila / malandro não cai e nem escorrega/ malandro não dorme nem cochila/ malandro não carrega embrulho/ e também não entra em fila”.

Longe das figuras, maternalizada, do malandro manso ou, romantizada, do malandro heroico, quem emergirá, durante a ditadura militar mais recente, será efetivamente o *subversivo*. Herdeiro da lei de segurança nacional, gestora da figura do guerrilheiro urbano, o bandido da atualidade pertence ao *governo paralelo* de um *crime* que se quer *organizado*.

Bandido bom é bandido morto

Muito recentemente, traficantes e contrabandistas passaram a receber a alcunha de *crime organizado*. Esta figura, inconsistente no campo jurídico (ZAFFARONI, 1996), emergindo via propaganda de Estado na América do Norte, no pós-Segunda Guerra, época de macarthismo e *esfriamento das relações internacionais*, possibilitou a construção de um imaginário conspiratório nacional, a supressão do direito penal liberal e o consequente restabelecimento do direito penal autoritário (modelo inquisitorial, o mesmo das ditaduras). Serviu também para implementar uma política imigratória racista, em meio a uma enorme concentração de capital especulativo, e para comparar, equivalendo, regimes ditos totalitários com um certo tipo de *criminalidade*, agora *subversiva* da ordem do capital (assaltos a bancos, sequestros, panfletagem política...).

Esta criminalidade parâmetro, o *crime organizado*, foi construída dentro de uma trama que envolveu, sobretudo, o monopólio, por parte das polícias e governo, das informações referentes a todo o processo penal a que eram submetidos os acusados.

Além deste caráter específico, o *crime organizado* permitiu o aperfeiçoamento de um sistema de retroalimentação perverso entre polícias e políticos. No campo gravitacional desse sistema se incluíam tanto as comissões parlamentares de inquérito e comitês de investigação do Congresso quanto imprensa e autores de ficção.

Os lucros políticos deste empreendimento não foram nada desprezíveis: notoriedades políticas, recompensadas nas umas, construíam-se em torno da perseguição ao crime organizado enquanto a vida política de seus adversários eram destruídas —mediante a relação entre o crime organizado e simpatias *prováveis* com o bloco socialista. Qualquer semelhança com o Brasil pós-64 não é mera coincidência.

A militarização do poder público brasileiro, implementada pela ainda recente ditadura²⁷, promoveu uma redefinição do conceito de segurança pública e, fazendo a equivalência entre guerrilha e criminalidade, submeteu-o a preceitos de guerra. Por esta via, legitimadora de todos os atos de arbítrio da ditadura militar brasileira, fabricou a implantação de uma ideologia militar para a polícia e submeteu, a esta, a sociedade.

Tornando o bandido comum equivalente ao guerrilheiro, incorporando-os, ambos, à figura do inimigo interno, foi possível elaborar uma ideologia militar para a investigação criminal que suprimia as garantias constitucionais dos direitos de cidadania e tornava ilimitado o poder das polícias militares —ainda hoje gozando a impunibilidade e cumplicidade do Estado que adquiriu nos anos de arbítrio—; aumentar o controle da União sobre as políticas estaduais de segurança; dismantelar o poder de polícia dos aparatos civis; criar uma Inspeção Geral das polícias militares —vigilância direta sobre os governos de Estado, com conseqüente diminuição de sua autonomia frente à federação; fechar acordos internacionais de aperfeiçoamento da repressão com os EUA; promover o controle dos meios de comunicação, peças de teatro, música...; produzir, em cadeia nacional, o

²⁷ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio” in *Discursos sediciosos*, op. cit, pp. 141–168.

mea-culpa de supostos guerrilheiros, para uma opinião pública cada vez mais bestializada. Em suma, tornar, pelo horror, ilimitado o poder militarizado. Pessoas sequestradas, torturadas e mortas; corpos carbonizados ou enterrados em valas clandestinas; crescimento de grupos de extermínio; exportação e importação de técnicas de tortura; personalidades de expressão cultural e política se exilando em países diversos..., tudo em meio a uma aparente normalidade social, imposta pelo mergulho cotidiano no paranoico universo da vida tornada guerra. Os efeitos de tudo isso estão aí pra quem quiser ver.

Em ambos os casos —*crime organizado* (EUA) ou *subversão* (Brasil)—, vemos emergir redes de práticas e discursos que, partindo de inúmeros focos (mídia, academia, parlamento, literatura, fiscalização de portos e aeroportos, leis de migração, polícia, cinema, música...) consubstanciam totalizações paranoicizantes.

Observemos primeiro o caso americano. Num primeiro momento de divulgação do perigo-que-vem-de-fora, duas totalizações, em direta oposição, tornam-se evidentes: a América boa, ameaçada e indefesa, e os imigrantes maus, perigosos e destruidores. Sobre o solo de uma totalização previamente fixada —o Estado Nacional ou a Nação— opera-se, a partir de um novo jogo de forças representado pela guerra fria, uma interessante reterritorialização: a nação ameaçada. *The game* continua até que a fragmentação da imagem produza um certo efeito de sentido na matéria-prima do poder moderno: o indivíduo torna-se o indivíduo ameaçado. Não *um* indivíduo. Todo, cada indivíduo do mundo ameaçado em sua vida, honra, poder, liberdade. A fragmentação reterritorializou-se em uma nova totalização. Mas se cada indivíduo está sendo ameaçado, de onde vem e o que gera tal ameaça? Nova fragmentação: não cada indivíduo, apenas os bons, os livres..., a começar pelos mais bons e mais livres; a começar pelos americanos. Nova reterritorialização: os americanos, os mais bons e livres da terra, estão sendo ameaçados. Por quem? Pelo inimigo *externo*, pelo que vem de fora, pelo incontrollável, por aqueles que acabarão com a liberdade, a riqueza, a honra. Pelo crime *organizado*. O crime que chega, qual um

exército, de todas as partes não livres do mundo; que vem, como legiões estrangeiras, partindo dos limbos do fascismo, do comunismo e das *ditaduras tropicais*. E cada americano se torna, na espreita, um vigilante, um delator, um ardoroso defensor de sua pátria. E em cada americano algo deseja os processos, os inquéritos, as barreiras... Porque se tal não se processa... “Amigo, você é realmente americano?”

No caso do Brasil, por estratégias muito similares, em especial o controle dos meios de comunicação de massa, a ditadura reativou a equivalência entre forças armadas e nação. Produzindo um novo campo (bélico) para o cotidiano, trouxe à cena desejante a antiga divisão entre povo e escória (bons brasileiros x maus brasileiros), direcionando-a para o *inimigo-que-é-de-dentro*. A relação de equivalência militarizada que se instaura entre o bandido comum e o chamado bandido político faz-se sensível no apoio popular aos grupos de extermínio, na demanda por policiamento mais ostensivo nas ruas, por mais leis...

Continuamos em guerra, presos aos devires da ditadura. Assim, vivemos vendo ameaças em todo canto. Elas vêm das ruas, campos, favelas; vêm do tráfico, do sequestro, da negritude, da Zona Norte, Oeste... “Disque-denúncia: a única arma do cidadão”. E o desejo de cidadania se instala nos condomínios, nos automóveis fechados, no rosto que vira —repugnado e assustado— as costas para o pedinte, o menino de rua, o ancião trôpego...

O inimigo espreita em cada esquina; há gente demais; pena de morte para sequestradores; aborto, não, esterilização em massa, sim; *eles* não querem trabalhar; é preciso *ordem*, quando os militares tomavam conta não era assim; agora está bem pior que antes; onde está a polícia que ninguém vê quando precisa...

— Mas a polícia é corrupta!

— Porque ganha mal. Você sabe o que é ganhar uma merreca e ver a contravenção e o tráfico todo dia movimentar milhões? Pague melhor; dê melhores armas, maior liberdade de ação... Bandido bom é mesmo bandido morto. Bandido não tem direitos humanos. E os direitos humanos da vítima? Esse pessoal é tudo um bando de

subversivos, mariquinhas... Ô rapaz, o que tu és; tu tem certeza de que tu é brasileiro?

Lamentável, mas a história é sempre a dos vencedores e, até agora, bandidos são aqueles que os jogos de poder mais imediatos, dentro ou fora das leis, assim o determinam. Prestem atenção no que vai dar toda essa organização militarizada, tão bem sintonizada com os EUA, em torno do combate ao narcotráfico. Há gente dizendo que é hora de reatualizar a lei de segurança nacional. Vai sobrar pra nós. Como diz o dito popular: *a corda sempre quebra do lado mais fraco.*

Referências bibliográficas

- ALENCAR, F.; CARPI, L.; RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CAMINHA, A. *Bom-crioulo*. Rio de Janeiro: Atrium, 1997. Coleção Confluências, 2.
- CARNEIRO, M.L.T. *O anti-semitismo na era Vargas (1930–1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO ALVES, A. “Navio negreiro” *in: Poesias completas de Castro Alves*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- CERQUEIRA, C.M.N. “Remilitarização da segurança pública: a operação Rio” *in: Discursos sediciosos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Relume Dumará, número 1, 1º semestre de 1996.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CORREIA, M. “Ilusões da liberdade”. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1982.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- _____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FRAGA FILHO, W. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1995.
- FREITAS, D. *Palmares — a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- KOVARICK, L. *Trabalho e vadiagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LOPES, J.S.L (coord.) *Cultura & identidade operária*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Marco Zero, 1987.
- MOURA, C. *Resistência ao escravismo*. Série Princípios. Rio de Janeiro: Ática, 1993.
- RAMOS, J. S. “Dos inales que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20” in MAIO, M.C.; SANTOS, R.V (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996.
- RIBEIRO, D. *A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHWACRZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEVERIANO, J.; HOMEM DE MELLO, Z. *A canção no tempo. 1901–1957*. São Paulo: Editora 34, 1997, vol. 1.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- THOMPSON, A. *Quem são os criminosos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Presença, 1990.
- ZAFFARONI, E.R. “Crime organizado: uma categorização frustrada” in *Discursos sediciosos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Relume Dumará, número 1, 1º semestre de 1996.